



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007378-70.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo**
Requerente: **TAIS SIQUEIRA DE SOUZA MARQUES**
Requerido: **SCW Telecom Ltda EPP**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora almeja à declaração da inexistência de débito apontado pela ré, decorrente de contrato de prestação de serviços.

Os documentos de fls. 2/17 demonstram que as partes celebraram contrato pelo qual a ré se obrigou a prestar serviços de acesso à *internet* à autora, enquanto que o de fl.18 comprova a rescisão do referido contrato.

Em contestação a ré se limitou a afirmar não ter emitido qualquer boleto de cobrança à autora e que o contrato com ela estaria rescindido desde agosto de 2013, não havendo, por isso, qualquer débito a ser cancelado.

Em que pese essa manifestação, a documentação amealhada pela autora, especialmente os documentos de fls. 18 e 19 vão na direção contrária ao que alegou a ré.

Vê-se por eles que, embora tenha havido o distrato do contrato de prestação de serviços, a ré apontou a existência de um débito no importe de R\$ 678,00 relativo à taxa de instalação do equipamento na sua residência da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

autora e que o seu não pagamento implicaria na negativação do nome dela (autora) perante os órgãos de proteção ao crédito.

Dessa forma, o acolhimento da pretensão deduzida é de rigor, até mesmo para salvaguardar os direitos da autora e se evitar possíveis danos futuros de difícil reparação.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexistência do débito indicado a fl. 02, no importe de R\$ 678,00, cancelando qualquer cobrança a respeito do contrato firmado entre as partes.

Torno definitiva a decisão de fl. 20.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 03 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**